OEA/Ser.W

 CIDI/INF. 546/23

 12 maio 2023

 Original: espanhol

NOTA CONCEITUAL

REUNIÃO ORDINÁRIA

DO Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI)

23 de MAIO de 2023

**TEMA: MUDANÇA DO CLIMA E ÁGUA: SEGURANÇA HÍDRICA NA CRISE CLIMÁTICA**

1. **Antecedentes e justificação**

Nas reuniões do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI) do primeiro semestre de 2023, os Estados membros identificaram o impacto da ameaça da mudança do clima em diversos setores e áreas de desenvolvimento. Em matéria da gestão dos recursos hídricos, a região tem grande riqueza em comparação com outras regiões do mundo, mas essa riqueza não parece suficiente para o enfrentamento dos desafios do impacto econômico, social e político que a mudança do clima acarreta.

A América Latina dispõe de abundantes recursos hídricos, que representam 31% das reservas mundiais de água doce. No entanto, muitas zonas da região estão sendo afetadas pelas flutuações dos padrões de precipitação, por megassecas e por fenômenos meteorológicos extremos induzidos pela mudança do clima,[[1]](#footnote-1)/ que está exacerbando a variabilidade dos ciclos hidrológicos. Esses ciclos produzem fenômenos meteorológicos extremos que debilitam a capacidade das pessoas para manejar os impactos gerados por secas ou inundações e, ao mesmo tempo, reduzem a previsibilidade da disponibilidade de recursos hídricos, diminuindo a qualidade da água e ameaçando o desenvolvimento sustentável, a biodiversidade e o acesso à água potável e ao saneamento nas Américas.

A mudança do clima também está afetando os sistemas de abastecimento de água e os diferentes usos produtivos dos recursos hídricos. O acesso à água potável, ao saneamento adequado e à higiene são essenciais para a saúde e o bem-estar humano. Na região da América Latina e do Caribe (ALC), mais de 166 milhões de pessoas (26% da população da ALC[[2]](#footnote-2)/) não têm acesso adequado à água potável. Além disso, a água é necessária para o desempenho do setor industrial e para a produção de alimentos e energia, setores que estão estreitamente relacionados e que, no caso de má gestão dos recursos hídricos, poderão entrar em conflito. Por último, o baixo percentual de investimento no setor de água e saneamento põe em risco a garantia do direito humano básico que é o acesso a serviços de água potável e saneamento seguros, exequíveis e confiáveis, o que exacerba a insegurança hídrica nas Américas.

O fortalecimento da agenda de recursos hídricos transfronteiriços da região é uma prioridade, considerando-se os impactos da mudança do clima, a crescente escassez de água e o aumento em sua demanda. A região tem 67 bacias fluviais internacionais que cobrem aproximadamente 50% de seu território, e grande parte das atividades econômicas da região depende dos recursos hídricos transfronteiriços; todavia, esses recursos são frágeis, e a crescente demanda de água, a contaminação, e a variabilidade climática, bem como o mau funcionamento das instituições públicas e as grandes lacunas de governança e financiamento, põem em risco sua gestão sustentável. Em contextos transfronteiriços, as jurisdições internacionais acentuam esses desafios, motivo pelo qual a gestão cooperativa se torna crucial para a salvaguarda da atividade econômica e do bem-estar social nos países ribeirinhos.

Os recursos hídricos transfronteiriços dependem da cooperação entre diferentes países. Isso requer a promoção do diálogo, o uso da diplomacia e o desenvolvimento de acordos entre países. Neste sentido, a Organização dos Estados Americanos (OEA), que é a primeira organização no mundo dedicada à integração regional mediante a gestão sustentável de ecossistemas compartilhados, tem liderado a formulação, o desenvolvimento e a gestão de iniciativas que fortalecem mecanismos de cooperação mútua entre os Estados membros para a gestão sustentável das águas transfronteiriças. A intenção é continuar empregando enfoques de gestão integrada que levem em conta as necessidades e as perspectivas de todas as partes interessadas, em particular as dos povos indígenas e das comunidades locais.

Como parte do processo preparatório da próxima Quarta Reunião Interamericana de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Sustentável, esta reunião ordinária do CIDI identificará áreas prioritárias de ação para impulsionar a governança, o financiamento e as formas inovadoras de promover a segurança hídrica no âmbito da crise climática nas Américas.

1. **Objetivo da reunião**

 O propósito da reunião é ressaltar os benefícios, os desafios e as oportunidades da gestão integrada dos recursos hídricos, com base nos exemplos de gestão de bacias transfronteiriças em diversas regiões das Américas. Essa gestão integrada enfrenta fenômenos relacionados à mudança do clima. A reunião oferecerá aos Estados membros a oportunidade de conversar sobre seus desafios e priorizar atividades e expectativas em relação aos mecanismos e às ações adequadas para mitigar os efeitos da mudança do clima.

 Algumas perguntas para os Estados membros são as seguintes:

1. Quais são os temas ou as áreas de ação prioritárias que seu país identifica para promover a segurança hídrica dentro da crise climática no próximo século?
2. O financiamento é essencial para garantir a boa governança dos recursos hídricos. Que exemplos pode dar de trabalho conjunto dos setores público e privado na busca de financiamento adequado para projetos em matéria de gestão sustentável da água e da mudança do clima? Quais incentivos e que mecanismos estão sendo implementados em seu país para promover o investimento público-privado no setor da água?
3. A cooperação multinacional é importante para garantir um bom trabalho em matéria de ação climática e gestão de recursos hídricos. Que ações prioritárias seu país identifica para a promoção da cooperação em matéria de águas transfronteiriças no cenário climático atual?
4. **Incumbências da SEDI**
* Promover o diálogo político para divulgar dados, protocolos e âmbitos de cooperação a fim de ajudar os Estados membros da OEA a melhorar sua capacidade na gestão dos recursos hídricos.
* Fomentar em escala regional o intercâmbio de informações e boas práticas com base na gestão de ecossistemas em bacias transfronteiriças no âmbito das ameaças que a mudança do clima representa.
* Promover o uso de tecnologias, práticas e estratégias inovadoras para adaptar e mitigar os impactos da mudança do clima nos recursos hídricos das Américas.
* Melhorar a autonomia técnica, a resiliência e a eficiência das autoridades governamentais encarregadas da gestão da água por meio do fortalecimento de capacidades.
* Receber contribuições dos governos sobre os temas a serem discutidos na Quarta Reunião Interamericana de Ministros e Máximas Autoridades de Desenvolvimento Sustentável.
1. **Mandatos da OEA**

 Em 9 de junho de 2022, os chefes de Estado e de governo das Américas, reunidos na Nona Cúpula das Américas, realizada em Los Angeles (Estados Unidos), chegaram a um consenso sobre a importância de maior resiliência nas Américas e, em consequência, adotaram o mandato “Nosso futuro verde e sustentável”. Os Estados membros reconheceram a importância da promoção de políticas e ações que contribuam para a implementação de soluções sustentáveis fundamentadas na natureza, utilizando enfoques baseados nos ecossistemas, bem como de outros enfoques de gestão e conservação que promovam esforços para limitar o aumento médio da temperatura mundial a 1,5ºC. Em particular, destacaram a importância de se “favorecer a conservação, a proteção e a restauração dos ecossistemas litorâneos, como os mangues, pântanos salgados, leitos de erva marinhos e leitos de erva fluvial que funcionam como sumidouros e reservatórios de gases de efeito estufa”.[[3]](#footnote-3)/ Também destacaram a importância de se “apoiar a implementação das estratégias de mitigação e adaptação à mudança do clima em todos os Estados”.[[4]](#footnote-4)/

Além disso, a resolução AG/RES. 2967 (LI-O/21) da Assembleia Geral da OEA, “Promovendo iniciativas hemisféricas em matéria de desenvolvimento integral: promoção da resiliência”, estabeleceu os seguintes mandatos na linha estratégica “Fortalecer a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em conformidade com o Programa Interamericano de Desenvolvimento Sustentável (PIDS) 2016-2021”: “Encarregar a SEDI de, no grau que lhe cabe, continuar oferecendo apoio aos Estados membros na promoção ou no desenvolvimento de políticas nacionais abrangentes em matéria de gestão integral de recursos hídricos, bem como em matéria de segurança hídrica, que incluam disposições para a mitigação dos efeitos da mudança do clima e a adaptação a eles, como as secas e inundações severas, em especial aos países que sofrem escassez de água e às regiões em risco”; e **“**incentivar os Estados membros a que, ao implementar a gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos para abordar a escassez e o excesso sazonal de água, levem em conta as implicações do aumento da demanda de água para a saúde e o saneamento, a fim de mitigar a propagação do vírus causador da covid-19 e outras doenças, particularmente em áreas rurais, setores dependentes de água, e onde a agricultura esteja em risco”.[[5]](#footnote-5)/

 A Carta da OEA estabelece os mandatos do CIDI de promover a cooperação entre os Estados membros da OEA para se alcançar o desenvolvimento integral e, em particular, ajudar a eliminar a pobreza extrema. Além disso, encarrega o CIDI de “promover, coordenar e encomendar a execução de programas e projetos de desenvolvimento aos órgãos subsidiários e organismos correspondentes, com base nas prioridades determinadas pelos Estados membros, em áreas tais como desenvolvimento econômico e social, inclusive o comércio, o turismo, a integração e o meio ambiente”.

 O Programa Interamericano de Desenvolvimento Sustentável (PIDS) encarrega a Secretaria-Geral da OEA de, por meio da Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral, colaborar com as autoridades dos Estados membros no âmbito do desenvolvimento sustentável e coordenar seu trabalho com outras entidades e organizações internacionais. O PIDS estabelece linhas de ação para que as iniciativas da Secretaria-Geral da OEA em matéria de desenvolvimento sustentável promovam a execução da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e do Acordo de Paris sobre a mudança do clima, a fim de que seus objetivos e resultados sejam guiados pelos ODS aprovados pelos Estados membros e contribuam para a sua consecução. Em particular, na linha estratégica “Gestão integrada dos recursos hídricos”, o PIDS destaca a importância de se “apoiar os Estados membros no fortalecimento das parcerias estratégicas existentes e promover novas parcerias para a **implementação de projetos de gestão integrada dos recursos hídricos e de mitigação e adaptação à mudança do clima**”, e a necessidade de se “zelar para que os projetos de apoio aos **Estados membros em sua gestão integrada dos recursos hídricos contribuam para fortalecer as capacidades técnicas nacionais**, a fim de maximizar os benefícios para os países receptores”[[6]](#footnote-6)/.

 O trabalho da Secretaria-Geral da OEA deve apoiar diretamente os esforços dos Estados membros para fortalecer o uso e a gestão dos recursos hídricos, buscando mitigar os efeitos adversos da mudança do clima nesse setor, considerando o alcance da boa gestão desses recursos nos níveis comunitário, de país e regional.

1. **Estrutura da reunião**

Diversos palestrantes estão convidados para abordar o problema da gestão dos recursos hídricos no âmbito dos desafios apresentados pela mudança do clima na região. Os Estados membros terão a oportunidade de participar de um diálogo interativo guiado pela Presidência do CIDI.

Depois da sessão de perguntas com os palestrantes convidados, a Presidência convidará as delegações a apresentar boas práticas e a identificar desafios e oportunidades, bem como necessidades particulares em relação à cooperação hemisférica nessa área.

Palestrantes convidados:

* Cynthia Barzuna, Diretora da Coalizão pela Ação Oceânica 2030, Programa de Oceanos, Instituto de Recursos Mundiais
* Vice-Ministro do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia (a ser confirmado)
* Luis Carlos García, Diretor de Bacia do Prata e Navegação Fluvial, Ministério das Relações Exteriores do Paraguai.
* José Miguel Zeledón, Diretor de Águas do Ministério de Meio Ambiente e Energias da Costa Rica.
* Peru (a ser confirmado)
1. **Resultados da reunião**
2. Melhorar a gestão integrada dos recursos hídricos, buscando-se aumentar a segurança hídrica em um contexto de crise climática nas Américas.
3. Compreender as necessidades e os desafios enfrentados pelos Estados membros na busca da melhoria da gestão da água em bacias transfronteiriças.
4. Divulgar informações sobre boas práticas entre os Estados membros para aprimorar a adoção de decisões e agilizar a gestão dos recursos em bacias transfronteiriças.
5. Identificar as principais mensagens que contribuam para a formulação da agenda da Quarta Reunião Interamericana de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Sustentável.
6. Coletar contribuições dos Estados membros no tocante à gestão de seus recursos hídricos e às ações que implementam frente aos desafios apresentados pela mudança do clima.

CIDRP03869P04

1. . OEA, 2022; Glaciares tropicales y cambio climático, perspectivas desde las NDC y la adaptación: Análisis y propuestas desde los escenarios de Bolivia, Perú, Ecuador y Colombia. [↑](#footnote-ref-1)
2. . UNO, Divisão de Estatística: <https://unstats.un.org/sdgs/dataportal/database>. [↑](#footnote-ref-2)
3. . Nona Cúpula das Américas. “Nosso futuro sustentável e verde” e “Acelerando a transição para a energia limpa, sustentável e justa”. 9 de junho de 2022, Los Angeles (Estados Unidos). [↑](#footnote-ref-3)
4. . Nona Cúpula das Américas. “Nosso futuro sustentável e verde” e “Acelerando a transição para a energia limpa, sustentável e justa”. 9 de junho de 2022, Los Angeles (Estados Unidos). [↑](#footnote-ref-4)
5. . AG/RES. 2967 (LI-O/21), “Promovendo iniciativas hemisféricas em matéria de desenvolvimento integral: promoção da resiliência [↑](#footnote-ref-5)
6. . Programa Interamericano de Desenvolvimento Sustentável 2016-2021 (PIDS). [PIDS\_ESP\_2017.pdf (oas.org)](https://www.oas.org/en/sedi/pub/PIDS_ESP_2017.pdf) [↑](#footnote-ref-6)